

AValiação EXTERNA E *ACCOUNTABILITY* NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO DA PARAÍBA: CUITÉ, PICUÍ E SUMÉ

Andréia Ferreira da Silva (PPGEd/UFCG)
Ayrla Julliana da Silva Costa (PIBIC/UFCG)

INTRODUÇÃO

O texto apresenta resultados de pesquisa que estudou as políticas de avaliação externa e de *accountability* educacional nas redes municipais de ensino de Cuité, Picuí e Sumé e seus desdobramentos para a gestão das redes de ensino e das escolas, para as práticas pedagógicas e para a organização do trabalho escolar. Mais especificamente, investigou as políticas de avaliação externa da educação básica do Governo Federal implantadas no Brasil a partir da década de 1990; identificou os usos dos resultados das avaliações externas aplicadas pelo Governo Federal, com destaque para o IDEB, nas redes municipais de ensino estudadas; investigou a instituição, nesses municípios, de iniciativas próprias de avaliação externa da educação básica e a implantação de mecanismos de *accountability* educacional, buscando identificar critérios e indicadores estabelecidos para a avaliação do desempenho e prêmios concedidos.

Os municípios investigados foram selecionados para a pesquisa por se constituírem em polos políticos, socioeconômicos e educacionais regionais paraibanos e estarem localizados em diferentes regiões do Estado. A investigação se justifica pela necessidade da ampliação do conhecimento acerca da instituição de mecanismos de avaliação padronizada e de responsabilização, e de seus desdobramentos no país e, mais detidamente, no Estado da Paraíba, um dos estados mais pobres do país, com grandes desafios educacionais.

METODOLOGIA

O texto é resultado dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, análise de documentos e levantamento de dados socioeconômicos, demográficos e educacionais dos municípios analisados. A caracterização dos municípios investigados foi realizada por meio de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento dos planos municipais de educação (PME) estudados foi feito no *site* do Ministério da Educação “PNE em Movimento”.

O texto está organizado em duas partes, na primeira é apresentado o estudo acerca da implantação das políticas de avaliação externa e de *accountability* no país, e, em seguida, uma breve caracterização dos municípios investigado e a análise dos dados.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PAÍS E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

As reformas do Estado em âmbito internacional e nacional, desde as décadas finais do século XX, vêm reconfigurando o papel do Estado no que diz respeito às suas atribuições e a sua atuação no campo econômico e no campo social. No Brasil, pautadas na orientação neoliberal, as políticas públicas federais, a partir de então, vêm adotando o modelo de administração público gerencial em que o Estado passa de executor a avaliador e regulador. No contexto educacional, o Estado assume como uma de suas principais incumbências a avaliação da qualidade da educação. Para Freitas (2007), o Estado brasileiro obteve a legitimação de sua proposta de uma avaliação centralizada, externa aos sistemas e às escolas, e pautadas nos “princípios político-administrativos e pedagógicos que enfatizaram a administração gerencial, a competição e a *accountability*, na perspectiva de uma lógica de mercado” (p. 187). Esse modelo caracteriza-se por uma regulação avaliativa centralizada no governo federal e orientada pelos princípios da administração gerencial que estimulam a competição entre as unidades escolares e os sistemas de ensino, combinada à responsabilização dos agentes educacionais. A implantação desse modelo levou à instituição de diversas iniciativas de avaliação externa da educação, tanto no nível federal como nos níveis subnacionais.

De acordo com Bonamino e Sousa (2012), no caso do Brasil, podemos verificar a existência de três gerações das avaliações em larga escala, com diferentes consequências para as escolas. Ao mesmo tempo em que se sucedem, essas gerações coexistem nas redes de ensino. A primeira geração de políticas de avaliação em larga escala surge com a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), na década de 1990. Por ser de base amostral, o SAEB apresentava-se como uma avaliação apropriada para diagnosticar e monitorar a qualidade da educação, com baixa capacidade de interferir na dinâmica da escola. Mais tarde, com a coexistência do SAEB e as avaliações estaduais, provoca o crescimento da tendência de usar os resultados das avaliações para subsidiar políticas de responsabilização, o que provoca o reconhecimento de outras duas gerações de avaliações na educação básica do Brasil (BONAMINO; SOUSA, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios estudados são pequeno porte, considerando a realidade das municipalidades paraibanas. Cuité, Picuí e Sumé têm população próxima a 20.000 habitantes (BRASIL, 2010).

Cuité está situado na microrregião do Curimataú Ocidental paraibano. Picuí situa-se na região centro-norte, na mesorregião do Borborema e microrregião do Seridó Oriental. Sumé localiza-se na microrregião do Cariri Ocidental. São municípios que, apesar de suas particularidades geográficas, estão localizados em região de bioma de Caatinga. A atividade econômica concentra-se no comércio e na agricultura de subsistência, na agricultura, na administração e nos serviços públicos.

A análise dos planos de educação dos municípios estudados, aprovados pelas respectivas Câmaras de Vereadores, no mês de junho de 2015, permite a identificação do poder indutor do Governo Federal na definição das políticas educacionais dos municípios. No geral, os planos incorporam as medidas definidas em relação às iniciativas de avaliação e o IDEB como indicador da qualidade da educação, conforme definido na Meta 7, e suas estratégias, do Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

No tocante, aos usos dos resultados do IDEB, foram identificadas duas propostas: o aprimoramento da qualidade da educação e a instituição de premiação às escolas que melhorarem o IDEB. Nestes planos foi assimilado o princípio da meritocracia ao serem definidas a implantação de iniciativas que permitam “valorizar o mérito do corpo docente” e “estabelecer políticas de estímulo às escolas

Sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), esta é uma ação do governo federal, que se propõe a evitar a descontinuidade das ações educacionais provocadas pelas mudanças de governo, englobando todos os programas e projetos desenvolvidos na educação pelo governo. Sobre as avaliações em larga escala, apenas o ciclo (2011-2014) fez referência ao assunto, na pergunta 13. “A rede de ensino participa ou possui sistema de avaliação?”. Apenas Cuité afirmou possuir sistema de avaliação próprio.

Dos três municípios estudados, apenas o município de Cuité respondeu ao questionário. De acordo com o Secretário de Educação, o município possui sistema próprio de ensino e Conselho Municipal de Educação em funcionamento. Desde a criação da Prova Brasil e do IDEB, houve mudanças na organização da SME. A principal estratégia é oferta de cursos de formação continuada para os professores, planejados e financiados pela própria Secretaria de educação, a fim de orientar os

docentes a como preparar os alunos para a Prova Brasil. Até o momento, não foram criados prêmios ou bonificações para os professores e/ou escolas com base na elevação das notas do IDEB.

CONCLUSÕES

Apesar das definições referentes à instituição de iniciativas de responsabilização, os PMES não estabelecem quem são os responsáveis e nem o período para a implantação de tais iniciativas. Também verificamos a assimilação do princípio da meritocracia ao serem definidas a implantação de iniciativas que permitam “valorizar o mérito do corpo docente” e “estabelecer políticas de estímulo às escolas”. Por fim, aprovação dos PMEs tende a fortalecer as políticas de avaliação externa e de *accountability* no âmbito da política educacional municipal, como um mecanismo que vem ampliando o controle sobre o trabalho docente.

Referências

- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- CAJAZEIRAS. Lei nº 2.329 de 22 de junho de 2015. Dispõe sobre o plano municipal de educação do município de Cajazeiras-PB e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- CUITÉ. Lei nº 1.032, de 18 de junho de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Cuité e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- FREITAS, Dirce Ney. *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- PATOS. Plano Municipal de Educação – Patos (2015-2025). Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- PICUÍ. Lei nº 1.630, de 23 de junho de 2015. Aprova o PME e adota outras providências. Plano Municipal de Educação (2015-2025) – Picuí. Disponível em: http://www.picui.pb.gov.br/_upload/legislacao/down021015115051.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SOUSA. Lei nº 2577, de 20 de julho de 2015. Aprova o Plano de Educação do Município de Sousa - Paraíba, para decênio 2015-2025 e adota outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- SUMÉ. Plano Municipal de Educação – Sumé (2015-2025). Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 21 nov. 2016.